

[Diretor]

Despacho D-4/2024

Delegação de competências na Diretora Executiva

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 127.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), estabelecido na Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, o Diretor Executivo tem as competências que lhe sejam fixadas nos Estatutos e as que lhe sejam delegadas pelo Diretor. Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 54.º dos Estatutos da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 70 — 9 de abril de 2014, compete ao Diretor Executivo assegurar a gestão corrente e dirigir as unidades administrativas, sob direção do Diretor e executar todas as tarefas e exercer todas as competências que lhe forem cometidas. Assim, nos termos dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo:

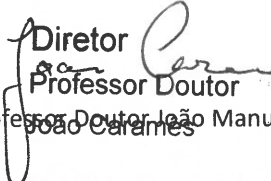
1. Delego na Diretora Executiva desta Faculdade, Cristina da Silva Figueira Fernandes, sem prejuízo das competências próprias e ou delegadas dos outros órgãos desta Faculdade, a minha competência e os poderes necessários para:
 - a) Assinar o expediente, despachos e correspondência respeitantes aos assuntos correntes e de gestão administrativa;
 - b) Autorizar a passagem de certidões e de declarações de documentos arquivados nos serviços, exceto em matéria confidencial e reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados;
 - c) Emitir certidões de curso, após o interessado fazer prova documental de que requereu a certidão de registo;
 - d) Promover, subscrevendo as respetivas ordens de publicação, a inserção no Diário da República dos atos de eficácia externa e dos demais atos e documentos que nele devam ser publicados nos termos legais;
 - e) Aprovar o plano anual de férias dos funcionários não docentes e não investigadores, autorizar o seu gozo e as suas eventuais alterações, bem como autorizar o gozo de metade do período de férias vencido no ano anterior com o vencido no ano em causa;
 - f) Justificar e injustificar faltas, dos funcionários não docentes e não investigadores, nos termos da lei;
 - g) Autorizar a inscrição e participação de trabalhadores não docentes e não investigadores em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras atividades semelhantes que decorrem em território nacional;
 - h) Promover a verificação domiciliária da doença, oficiosamente, nos termos legais, dos funcionários não docentes e não investigadores;
 - i) Autorizar os mapas de assiduidade mensais dos funcionários não docentes e não investigadores;
 - j) Autorizar os benefícios decorrentes da proteção da parentalidade, nos termos legais, bem como do regime jurídico do trabalhador-estudante, dos trabalhadores não docentes e não investigadores;

FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA

- k) Praticar todos os atos relativos à aposentação dos trabalhadores não docentes e não investigadores e, em geral, todos os atos respeitantes aos regimes de segurança social, incluindo os referentes a acidentes em serviço;
 - l) Assegurar a execução dos planos aprovados;
 - m) Submeter à apreciação superior os projetos de orçamento, tendo em conta as orientações e os objetivos definidos;
 - n) Gerir o orçamento e propor as alterações orçamentais que julgue necessárias à realização dos objetivos;
 - o) Autorizar as alterações orçamentais necessárias à boa execução do orçamento;
 - p) Realizar a medição e outorgar os autos de consignação, de receção provisória ou definitiva de empreitadas de obras públicas, decorrentes da normal execução das mesmas, previstas nos artigos 343.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual;
 - q) Autorizar, por motivo de serviço, justificada a necessidade ou conveniência do mesmo, a condução de viaturas, por funcionários ou agentes, ainda que não motoristas, nos termos da legislação aplicável;
 - r) Propor e concretizar o abate de bens do imobilizado corpóreo, obsoletos ou inutilizados e integralmente amortizados;
 - s) Atribuir telemóvel a trabalhadores que, pela natureza das funções desempenhadas, necessitem de dispor de um meio permanente de contacto, nos termos do n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2002, de 1 de agosto;
 - t) Autorizar o trabalho suplementar dos trabalhadores com vínculo de emprego público, desde que não ultrapasse os limites legais estabelecidos;
 - u) Designar o funcionário não docente substituto nas suas faltas e impedimentos;
2. A presente delegação produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República, considerando-se ratificados, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos que, no âmbito dos poderes ora delegados, tenham sido praticados no âmbito do presente despacho desde o dia 24 de janeiro de 2024.

Lisboa, 31 de janeiro de 2024

O Diretor


Diretor
Professor Doutor
 (Professor Doutor João Manuel Mendes Caramês)

